



## ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA FORNECIMENTO AO PNAE

Júlio César Dias  
Outubro de 2020  
Igaci/AL

O Município de Igaci/AL tem 25.188 habitantes segundo o Censo IBGE de 2010. Destes, 19.004 vivem na região rural. Seu produto interno bruto (PIB) per capita é de R\$ 7.006,69, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,564, e está inserido no bioma Caatinga.

No período entre 2003 e 2016, o governo brasileiro colocou em prática no país a perspectiva do desenvolvimento com inclusão social a partir da implantação de um conjunto de arranjos institucionais que tinham como objetivo principal promover o desenvolvimento territorial. Na agricultura familiar, nesse mesmo período, vários programas e políticas foram implantados, melhorados e impulsionados, inclusive com o aporte de recursos, para funcionar de maneira integrada, promover o desenvolvimento dos territórios, melhorar os indicadores econômicos e reduzir a pobreza e outras formas de desigualdades.

Nesse contexto, a Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), sediada na zona rural do município de Igaci, com atuação no estado de Alagoas desde a década de 1980, visando promover a melhoria da qualidade de vida de agricultores e agricultoras com reflexões críticas e práticas produtivas agroecológicas, aliou teoria e prática e passou mudar a cultura produtiva no município. A partir dessas reflexões e práticas, um grupo de educadores vislumbrou estreita relação entre educação e produção e passou a realizar conferências comunitárias denominadas *A escola que temos, e a escola que queremos*, que contou com a participação de pais dos alunos da rede municipal e lideranças comunitárias. Um dos temas abordados foi a qualidade e a procedência dos alimentos que os filhos desses agricultores consumiam na merenda escolar.

Em 2011, com a implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política pública nacional, Igaci um dos foi primeiros municípios do estado a operar o programa e fornecer alimentação saudável, produzida pelos agricultores e agricultoras para o consumo de seus

filhos nas escolas da rede municipal. Devido à atuação da AAGRA, que já trabalhava a organização dos agricultores para a produção de alimentos, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, os agricultores passaram a acreditar que a prefeitura poderia comprar os produtos por eles produzidos e destiná-los à alimentação escolar.

Nesse sentido, foi feito investimento para impulsionar a produção. Um grupo de agricultores recebeu aporte de recursos no valor de R\$ 13.000,00 por meio de uma instituição financeira local (organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP – de microcrédito), para a aquisição dos insumos; a prefeitura adiantou pagamento no valor de R\$ 9.000,00, totalizando R\$ 22.000,00 para investimentos produtivos. Segundo Navas, 2018, esse processo evidencia que a capacidade de produzir mudanças, a partir da livre associação, depende também de articulações construídas com o poder público, tendo este como foro único em condições de legislar sobre normas redistributivas em favor da equidade. Desse modo, a forma como a sociedade se articula e participa das ações no município é decisiva para o direcionamento das ações de desenvolvimento local.

Esse experimento de Igaci, com a intermediação da AAGRA, fez a prefeitura, em 2011, adquirir 90% da alimentação escolar de agricultores familiares do município. Isso fez a AAGRA perceber que, mesmo com a lei obrigando as prefeituras a adquirirem no mínimo 30% da alimentação escolar de agricultores familiares, sem uma intermediação institucional, o PNAE não viraria realidade, pois os agricultores isoladamente não tinham capacidade técnica para produzir, nem política para acessar as prefeituras. Estas, por sua vez, não demonstravam interesse em executar a política dados aos compromissos, muitas vezes não tão claros, com fornecedores convencionais.

Outras prefeituras passaram a necessidade de expandir a experiência bem-sucedida de Igaci, para que agricultores de outros municípios também protagonizem processo semelhante, fornecendo suporte para o planejamento da produção, gestão e comercialização. O objetivo é organizar grupos informais autogeridos que planejam, com o apoio da AAGRA, o que e quanto produzir, mantendo fluxo e regularidade na entrega. Uma vez estruturados, esses grupos acessam o programa mediante associações e cooperativas.

Entre 2011 e março de 2020, o programa de produção e comercialização solidária da AAGRA movimentou cerca de 6,5 milhões de reais por meio do PNAE. Essa medida beneficiou 100 famílias de agricultores familiares inseridos nas dinâmicas de produção e comercialização e forneceu produtos in natura e processados para sete municípios do estado, quais sejam: Igaci, Olivença, Maribondo, Inhapi, Poço das Trincheiras, Palmeira dos Índios e Coité do Nóia . Dos recursos oriundos da venda dos produtos, 85% são repassados aos agricultores e agricultoras como pagamento pelo fornecimento

dos produtos, 10% são destinados ao custeio de pessoal e logística e 5%, ao fundo de reserva. Este último é utilizado para o custeio de insumos, que funciona com uma espécie de fundo rotativo em que os agricultores solicitam e recebem os insumos para a produção, quando fazem a devolução do investimento, ou seja, o recurso é reinvestido e gira entre os agricultores que fazem parte dessa rede. É nesse ambiente de políticas públicas e, principalmente, de iniciativas populares que a agroecologia vem se fortalecendo como um movimento de valorização da agricultura familiar, reduzindo as distâncias entre sociedade e poder público local.

É possível verificar inúmeros efeitos positivos desse processo de comercialização. Um deles é a participação das mulheres nos processos produtivos. Elas estão em seus quintais agroecológicos, envolvidas na comercialização de seus produtos, nas feiras agroecológicas, garantindo parte ou o sustento integral da família e maior empoderamento no seio da família. Outros notáveis benefícios tidos ao longo destes anos são: redução do êxodo rural; propagação de técnicas de produção adequadas para o semiárido; envolvimento dos membros das famílias beneficiadas em dinâmicas de economia solidária; aumento e diversificação da produção; promoção de formação e capacitação em produção orgânica, agroecológica e economia solidária; incentivo à produção de sementes crioulas; inclusão de jovens e mulheres nos processos produtivos; acesso da população a alimentos mais saudáveis e nutritivos; criação de redes locais de economia solidária; melhoria da qualidade da alimentação servida a milhares de estudantes nas escolas; maior atenção e melhor desempenho dos alunos nas aulas; e redução dos índices de reprovação.

Em razão da pandemia do novo coronavírus, em perspectivas para a retomada das aulas presenciais, o PNAE segue sem funcionar e os agricultores sofrem com a situação, no entanto, as organizações e os agricultores têm encontrado outras alternativas para o escoamento da produção, a exemplo do *delivery* e das feiras agroecológicas.

## **Anexos**



Reunião organização Agricultores.



Produção do agricultor Jailson Ferreira, Igaci/AL.



Produção, Igaci/AL.





Produtos recebidos para a entrega.



Ovos de galinha caipira.



Criação de galinha caipira.



Reunião do grupo de produtores de leite de cabra e de vaca.





Criação de caprinos.



Reunião do grupo de criadores de galinhas de corte e postura.



Recepção de produto.



Bolos de massa puba.



Oficina de planejamento da produção.



Produtos recebidos para entrega nas escolas.



Produção de mudas para distribuição para os agricultores.



Filho de agricultor.